

TCE/RN EM PAUTA

ANO XIII - Nº71

NATAL/RN

JANEIRO/FEVEREIRO DE 2009



Adélia assume o TCE

A conselheira Adélia Sales faz discurso na solenidade de transmissão de cargo da presidência do TCE para o biênio 2009/2010

Relatório aponta resultados positivos na Primeira Câmara de Contas

No biênio 2007/2008, a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado realizou 104 sessões ordinárias, apreciando um total de 2.096 processos, resultado na solicitação de restituição aos cofres públicos da quantia de R\$ 20.275.605,45 e 3.308,25 UFIR'S, além da aplicação de multas que totalizam R\$ 6.484.259,93 e 17.084,51 UFIR'S. No que se refere ao Fundef, foi determinado o remanejamento financeiro de outras contas para a educação de R\$ 757.903,60, em decorrência de despesas realizadas que não se constituíam de natureza própria do referido Fundo.



Sessão plenária da 1ª Câmara presidida pelo conselheiro Tarcísio Costa

Os dados constam do Relatório das Atividades do Plenário, e foram apresentados em sessão pelo conselheiro Tarcísio Costa, que preside a Primeira Câmara de Contas. O trabalho, informou, foi realizado em consonância com a Lei Complementar 121/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas) e na Resolução nº 012/00 (Regimento Interno do TCE). Os processos tratam de Contas Anuais, Remuneração de Agentes Políticos, Inspeções Ordinárias, Documentação comprobatória de Despesas, situação funcional, apuração de responsabilidade, entre outros.

O conselheiro destacou ainda as decisões administrativas proferidas pelo Plenário da Primeira Câmara com a finalidade de inspecionar "in loco" vinte municípios para verificar possíveis práticas irregulares pelo gestor, nos exercícios de 2005 e 2006, tendo em vista a apresentação de contas fora do prazo estabelecido em normas do TCE. Foram inspecionados os seguintes municípios: Guimarães; Macau; Paraná; João Câmara; Taipu; Monte das Gameleiras; Caiçara do Norte; Felipe Guerra; Lagoa de Pedras; Serra de São

Bento; Galinhos; Serra do Mel; Francisco Dantas; Triunfo Potiguar; Bento Fernandes; Carnaubais; Pedra Preta; Lajes; Parau e Touros.

A realização das inspeções ocorreu através da Diretoria de Assuntos Municipais, sendo formada três equipes, envolvendo quatorze servidores. Segundo o conselheiro Tarcísio Costa, os relatórios conclusivos foram elaborados, e os processos respectivos se encontram em tramitação na Corte de Contas, a exceção do município de Touros, cuja inspeção fora realizada e agora se encontra em fase de elaboração do relatório - da mesma forma o município de Goianinha. As decisões de inspeção especial "in loco" para apurar a situação funcional dos Poderes Municipais estão sob a responsabilidade da Inspeção de Controle Externo.

O presidente da Primeira Câmara ressaltou o fato, inédito, de terem ultrapassado a marca de cem sessões e agradeceu aos componentes da referida Câmara - conselheiros Valério Alfredo Mesquita e Alcimar Torquato de Almeida, assim como os técnicos que compõem o setor, pelos profícuos resultados alcançados.

DADOS EM RESUMO

Atividades	2007	2008	Total
Número de Sessões	52	52	104
Número de Processos	740	1.356	2.096
Restituições aos Cofres Públicos (R\$)	2.418.250,66	17.857.354,79	20.275.605,45
Restituições aos Cofres Públicos (UFIR'S)	-	3.308,25	3.308,25
Multa Aplicada (R\$)	1.472.520,25	5.011.739,68	6.484.259,93
Multa Aplicada (UFIR'S)	16.341,15	743,36	17.084,51
Remanejamento à Conta do FUNDEF (R\$)	143.298,34	614.605,26	757.903,60

TCE/RN em Pauta

Informativo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

Conselheiros

Presidente:

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Vice-Presidente:

Valério Alfredo Mesquita

Presidente da 1ª Câmara:

Paulo Roberto Chaves Alves

Presidente da 2ª Câmara:

Tarcísio Costa

Corregedor Geral:

Alcimar Torquato de Almeida

Renato Costa Dias

Getúlio Alves da Nóbrega

Auditores:

Marco Antônio de M. R. Montenegro
Cláudio José F. Emerenciano

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE (MPJ- TCE)

Procurador Geral Junto ao TCE:

Luciana Ribeiro Campos

Secretário Geral:

Carlos de Menezes Lira

Consultor Geral:

Cláudio Dantas Marinho

Chefe de Gabinete da Presidência:

Laércio Segundo de Oliveira

Coordenador de Comunicação Social:

João Batista Machado

Editores:

Eugênio Parcella
Francisco Francerle

Repórteres:

Graciêma da Costa Carneiro
Rosalie Arruda Câmara

Revisão

Fátima Moraes

Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize (84) 3211-5075

Fotos

Jorge Filho

Impressão

Solução Gráfica - 3613-0616

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis-Natal/RN
CEP: 59.012-360 - 3215-1922
SITE: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br



Em cerimônia concorrida, a conselheira Maria Adélia Arruda Sales toma posse na presidência do Tribunal de Contas do Estado

Adélia assume a presidência do TCE

Numa solenidade concorrida de transmissão de cargo na manhã de sexta-feira (26/12), no plenário do TCE, a conselheira Maria Adélia de Arruda Sales Sousa, assumiu a presidência do Tribunal de Contas do Estado para o biênio 2009-2010. Na mesma sessão, assumiram os cargos de vice-presidente, Valério Alfredo Mesquita; corregedor, Alcimar Torquato de Almeida; e os componentes da 1ª e 2ª Câmaras de Contas, presididas respectivamente pelos conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves e Tarcísio Costa.

“Ninguém nesta Casa medirá esforços para que sua administração seja coroada do sucesso que antevemos neste momento de sua posse”

“Os próximos dois anos representarão, para mim, um futuro não somente de desafios, mas também de várias e valiosas oportunidades”, relatou a conselheira Maria Adélia Sales, no discurso de posse. Nessa perspectiva, sinalizou como prioridades o fortalecimento da Instituição, com interação com outros órgãos da administração pública, com a implementação do Plano Estratégico: o desenvolvimento dos projetos e ações do Promoex - Programa de Modernização dos Tribunais de Contas, contemplando com os recursos disponíveis empreendimentos nas áreas de planejamento, tecnologia da informação, capacitação e, se possível, a expansão das instalações físicas.

Por fim, destacou a força da mulher potiguar, reverenciando a memória de Lindalva Torquato Fernandes, primeira mulher a exercer o cargo de presidente deste TCE. Também

lembrou a governadora Wilma de Faria e a representante do Ministério Público Especial, dra. Luciana Ribeiro Campos.

A transmissão de cargos contou com a presença do governador em exercício, Iberé Ferreira de Souza; do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Robinson Faria; representante do Tribunal de Justiça, desembargador Cristóvão Praxedes, do representante do Prefeito, secretário João Bosco Pinheiro; do presidente da Câmara Municipal de Natal, vereador Dickson Nasser e dos senadores Garibaldi Alves filho e Rosalba Ciarline, entre outras autoridades.

Saudando a nova presidente do TCE, em nome dos seus pares, o conselheiro Getúlio Nóbrega lembrou que os Tribunais de Contas estão enfrentando, nos últimos anos, uma significativa e enriquecedora mudança de pa-

radigma. “Agora, se pretende exercer a fiscalização focada com maior intensidade. No controle e na busca da eficiência e eficácia do gasto público, através das auditorias operacionais ou de resultados”, disse, acrescentando que “ninguém nesta Casa medirá esforços para que sua administração seja coroada do sucesso que antevemos neste momento de sua posse”. Também recém empossada, a procuradora geral do Ministério Público Especial, Luciana Ribeiro Campos, desejou uma profícua gestão.

O conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, que deixa o cargo de presidente, no discurso de despedida agradeceu a todos que contribuíram para os bons resultados da sua gestão. Destacou, entre as ações executadas, a realização do 24º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil; o trabalho da Comissão de Redesenho Processual, que tornou o trabalho mais eficaz, objetivo e funcional; a agilização do Promoex - Programa de Modernização dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Governo Federal; o estímulo a implementação do controle interno, com a capacitação dos gestores; a primeira Auditoria Operacional, com foco na educação; aquisição de novos equipamentos técnicos; implantação do pregão eletrônico e, pronto para implementação, a convocação de concurso público para Inspetor de Controle externo e Técnico em Informática, que será realizado no próximo ano.

Veja, nas próximas páginas, a íntegra dos discursos.

DISCURSO DE DESPEDIDA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHEIRO PAULO ROBERTO CHAVES ALVES

Senhores Conselheiros,
Senhora Conselheira,
Dignas Autoridades:

Tendo cumprido o mandato de Presidente do Tribunal de Contas, a mim outorgado pela manifestação unânime de confiança dos Senhores Conselheiros, penso ser de meu dever não propriamente prestar contas de alguns projetos já concretizados, mas expor com nitidez aquilo que fizemos, à luz dos propósitos que anunciei quando de minha investidura há dois anos atrás.

Dizia eu então pretender suscitar debate em tomo da necessidade de se repensarem conceitos e práticas na ação de controle externo das contas públicas, atribuição cometida pela Constituição da República aos Tribunais de Contas. Fazia notar naquela oportunidade que o sistema de empenho, tal qual hoje praticado ainda sob as regras da Lei Federal 4.320, de 1964, já cinquentenária portanto, clama por inovações, especialmente para possibilitar aos Estados editar normas próprias, que melhor atendam às necessidades e peculiaridades locais.

Na feliz oportunidade das comemorações dos 50 anos de criação de nosso Tribunal, sediamos em Natal o 24º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, em realização conjunta com nossa Associação de nível nacional, a ATRICON.

As manifestações de regozijo pelo evento, inclusive com lançamento de um livro sobre nossa história e homenagem toda especial aos nossos ex-presidentes, somaram-se discussões, exposições, debates e estudos densos e proveitosos sobre esses novos desafios que devemos enfrentar. O Congresso, que contou com a colaboração e especial participação do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, foi um passo importante nesse novo caminho que devemos percorrer, em busca da modernização do controle externo no País, até pela atualidade de seu tema: "Tribunal de Contas: defesa do interesse público e combate à corrupção".

Já demos outros passos importantes, aqui mesmo em nosso Tribunal. Embora tenha anunciado, no início de minha gestão, o propósito de criação de duas novas Câmaras, como forma de racionalizar e agilizar nossos trabalhos, e malgrado tenhamos contado com a compreensão da Assembleia Legislativa, que aprovou nosso projeto neste sentido, sancionado pela Senhora Governadora do Estado, limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal impediram sua concretização imediata.

Nada obstante, graças ao trabalho da Comissão de Redesenho

Processual já foi possível tornar nosso trabalho mais eficaz, objetivo e funcional. Destaco a inovadora providência de julgamento por ato individual do Conselheiro Relator dos atos de admissão e aposentadoria de pessoal, tornando muito mais efetiva e pronta a fiscalização desses atos geradores de despesas.

Nessa linha de ação, o PROMEX. Programa de Moder-

nização dos Tribunais de Contas do Brasil, com recursos do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, ganhou agilidade. Com a decisiva parceria e suporte do Tribunal de Contas da União, elaboramos um Plano Estratégico, que tem como propósito básico seguir metas e procedimentos visando à fiscalização de todos os órgãos e setores que devam prestar contas, de forma a uniformizar a ação do Tribunal, dando-lhe, por consequência, redobrada eficiência. E a meta é a adequação de todos os órgãos, e em todos os níveis, às leis de orçamento, às diretrizes orçamentárias e aos planos plurianuais, como quer a Constituição.

Dignas Autoridades,
Senhores Conselheiros:

Reportando-me ainda ao meu discurso de posse, fazia notar então que urgia ter uma disciplina especial para os pequenos Municípios, nos quais Prefeituras e Câmaras não eram, em sua maioria, dotados de controle interno. Neste sentido, o Tribunal de Contas, nesses últimos dois anos, desenvolveu especiais esforços para despertar nos gestores municipais a consciência da importância e indispensabilidade de implantação de mecanismos de controle interno, realizando seminários e eventos outros, cujos frutos começam a surgir.

Adentrando nesse tema, é de registrar-se que em nossa gestão realizamos 20 cursos de capacitação, com a expressiva participação de 2.223 servidores de órgãos estaduais e municipais, bem como do próprio Tribunal, o que foi feito pela operosa Escola de Contas Professor Severino Lopes. De justiça observar que contamos, nessa ação, com a colaboração de diversas entidades, destacando-se o Tribunal de Contas da União, o Senado Federal, por sua Associação Brasileira de Escolas do Legislativo ABEL, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o SEBRAE, dentre outros.

Essa aproximação com os jurisdicionados se aprimora também, na medida em que ganha importância a instalação, neste biênio, da Ouvidoria do tribunal, mecanismo importante para se efetivar o controle social, inclusive sobre as práticas e ações do próprio Tribunal de Contas, seus componentes e agentes.

Na busca constante da eficiência, foi feita a primeira experiência de Auditoria Operacional, uma verdadeira auditoria de resultados. Este procedimento pioneiro no âmbito deste Tribunal se fez na área de educação, com perspectivas muito animadoras. Trata-se de fiscalizar a qualidade dos gastos públicos, e não apenas sua lisura, na linha do princípio constitucional da eficiência da administração pública, com a mesma estatura das exigências de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Essas providências inovadoras têm sido possíveis graças à modernização física de nossos equipamentos de ação. Neste sentido, não é demais registrar aqui que todos os esforços foram empreendidos para dotar o Tribunal de uma boa estrutura de equipamentos técnicos, com a incorporação de novos computadores, além de servidores de rede, aparelhos de vídeo-conferência, filmadoras digitais, GPS e outros itens de moderna tecnologia.

Negociamos com o Banco do Brasil o aprimoramento de nossas ações recíprocas, possibilitando a padronização de softwares, instalação de link próprio para a Internet, e aquisição de equipamentos adequados.

Quanto à administração interna do Tribunal, devo registrar a adoção das mais modernas e transparentes práticas de aquisição de bens e serviços, como Pregão Eletrônico, Pregão Presencial e Registro de Preço, sempre em busca da eficiência e agilidade, o que, nestes primeiros anos, importou em economia, em relação aos preços comumente praticados no mercado, de mais de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).

O nosso Portal na Internet, em fase final de implantação, tornar-se-á veículo de orientação preventiva aos jurisdicionados, e também de participação da sociedade em nosso trabalho.

Este constante meta de aprimoramento também norteia alguns projetos em andamento, valendo destacar a contratação de especialistas para cursos de Graduação Tecnológica em Gestão Pública, para formação de técnicos em controle externo, tendo como público alvo servidores de nível médio do Tribunal.

Também em andamento a reforma física de nossa bi-

blioteca, com a ampliação de seu acervo com a aquisição de 1.000 novos títulos, além da implantação de terminais para consultas.

Último, e certamente o mais importante projeto que deixamos pronto para implementação, é a convocação de concurso público para Inspetor de Controle Externo e Técnico em Informática. Projeto nosso, criando os respectivos cargos, foi aprovado pela Assembleia Legislativa, e sancionado pela Senhora Governadora do Estado. A Assembleia e a Governadora bem compreenderam a importância dessa providência para a boa ação fiscalizadora do Tribunal de Contas, ação fiscalizadora cujo custo traz como benefício imediato e direto a lisura e a eficiência nos gastos dos dinheiros públicos.

Senhores Conselheiros e Autoridades:

Volto às minhas atividades de Conselheiro, deixando a Presidência, que procurei exercer apenas como o primeiro entre iguais.

O que foi possível fazer, foi feito graças à colaboração de meus companheiros de colegiado, Conselheiros Renato Dias, meu Vice-Presidente, Valério Mesquita, Alcimar Torquato, Getúlio Nóbrega, Tarcísio Costa e Maria Adélia Sales, bem como ao auxílio e ao empenho dos Auditores Cláudio Emerenciano e Marco Montenegro. Todos participaram do esforço comum, graças à dedicação à causa pública que sempre demonstraram.

A Conselheira Maria Adélia, que assume hoje a Presidência do tribunal, desejo pleno êxito na nova missão. Sua Excelência certamente muito fará pelo engrandecimento da Corte e aprimoramento de sua ação, conhecendo que é como poucos das exigências de nossas atribuições e desafios, pois aqui está há mais de 20 anos, desde quando passou a prestar seu serviço público no Tribunal como Auditora em 1983.

Destino um agradecimento especial aos meus diretores, assessores diretos, cujos nomes reservo-me ao direito de não citar, de modo que, por omissão, não venha a cometer uma eventual ato de injustiça.

Aos servidores da Corte uma palavra não só de gratidão pela colaboração abnegada prestada nesses dois anos. Tudo que fizemos foi feito graças à operosidade do corpo funcional do Tribunal, e é dele que o Rio Grande do Norte espera multiplicada eficiência e generosa dedicação ao Tribunal e à sua ação de fiscalização do que é de todos.

Contei com a muito bem-vinda colaboração da Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, cujo Presidente, Conselheiro Victor Faccione, sempre esteve pronto a nos atender. O Tribunal de Contas da União, seu corpo funcional, e seu ex-Presidente, Ministro Walton Alencar Rodrigues, foram parceiros inestimáveis.

A Assembleia Legislativa do Estado esteve sempre atenta e solicita aos nossos pleitos. Saúdo a todos os seus ilustres Deputados na pessoa de seu Presidente, Deputado Robinson Faria. Igualmente a Senhora Governadora do Estado, Professora Wilma de Faria, nunca negou ao Tribunal de Contas sua distinta atenção e indispensável colaboração, pelo que a Corte lhe é reconhecida.

Do Ministério Público Especial que atua junto ao Tribunal, especialmente na pessoa do ex-Procurador-Geral Carlos Roberto Galvão Barros, agradeço à cooperação, até pela coincidência de exercício dos nossos mandatos. Desejo, outrossim, uma profícua gestão à recém-empossada Procuradora-Geral Luciana Ribeiro Campos.

Do Tribunal de Justiça, do Ministério Público Estadual, da Unidade Regional do Tribunal de Contas da União (SECEX/RN) e da Unidade Regional da Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte tem recebido gestos de estímulo para que desempenhem de forma cada vez mais eficiente nossa missão constitucional.

Devo registrar que, se pude desempenhar a contento os árduos deveres do cargo que agora deixo, foi por contar com o apoio e a compreensão de minha família, com quem compartilho a alegria interior de sentir-me realizado por haver cumprido o meu dever.

E com esses sentimentos, e reafirmando meu compromisso permanente com a causa pública e o serviço ao Rio Grande do Norte e a seu Tribunal de Contas, que encerro meu mandato, com a consciência de ter agido com humildade, equilíbrio e dedicação.

DISCURSO DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA ADÉLIA SALES, AO SER INVESTITIDA NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Com humildade e espanto, sinto-me profundamente emocionada, assumindo a Presidência do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, atribuída por deferência e confiança de todos.

A honra e a satisfação não somente de sua inquebrantável confiança, mas também por ter eu merecido ocupar esta Corte.

Assim, dirigindo-me inicialmente aos Senhores Conselheiros, quero lhes afirmar que assumo a responsabilidade que assumo perante a sociedade e de da ética, procurarei, a partir de agora, atuar em resse coletivo, a missão e o compromisso de corresponder, cada vez mais, de forma favorável de todos.

Minha responsabilidade é grande, pois assumo a Presidência do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, profícuo mandato, deixando-me à disposição, senso de justiça e de seriedade, para ser dispensáveis ao êxito de toda e qualquer missão da Casa. Aproveito esta oportunidade para agradecer, já, todos os gestos de atenção e respeito.

Assumo, pois, a Presidência do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, a convergência de nomes e de respeito e, sobretudo, a confiança de todos. Não falte com Sua proteção, a qual, com sabedoria, seriedade e dedicação, posto pelo exercício do cargo, para preservar o equilíbrio e a eficiência do Tribunal de Contas norte-rio-grandense.

Excelentíssimas autoridades, Senhores e senhoras, os Tribunais de Contas do Brasil, para exercer, tecnicamente, o controle externo da administração pública, no âmbito da respectiva jurisdição, e garantir a efetiva e regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

No caso específico do Tribunal de Contas, como é sua missão, assumir a responsabilidade institucional de todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em 167 Municípios.

Tal responsabilidade, que é de natureza jurídica, transmissível, e de dirigir esta Corte de Contas, mais de meio século, orgão de controle externo, cuja atribuição oferecida à administração do Rio Grande do Norte.

Já houve quem dissesse que a oportunidade de ser nomeada para ocupar esta Corte, para os temerosos, é o desejo de ser nomeado para ocupar esta oportunidade".

Os próximos dois anos, um futuro não somente de desafios, mas de muitas e valiosas oportunidades.

Oportunidade de poder exercer o cargo com meu Vice-Presidente, Conselheiro Renato Dias, homem dotado de sabedoria e espírito público.

Oportunidade de colaborar com os Conselheiros da Casa a cumprir a missão decisória, adotando decisões que harmonize e integre as ideias e a função da missão e visões.

Oportunidade de ampliar o conhecimento do Ministério Público Especial, com a atuação judicial inerente ao cargo.

Oportunidade de estimular a atuação e as potencialidades técnicas dos servidores da Casa.

Oportunidade de otimizar o trabalho do Tribunal de Contas, ampliando as parcerias com órgãos públicos, bem



EXCELENTÍSSIMA SENHORA MARIA ADÉLIA SALES, PRESIDENTE ELEGIDA NO CARGO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO NORTE

espírito público, além de profundamente hoje a Presidência do Tribunal do Norte, incumbência que me foi decidida dos meus ilustres pares. Para presidir este Tribunal advêm, de inquestionável importância, mas também o voto unânime dos membros

especialmente aos senhores Conselheiros que tenho bem presente a respeito. Dentro dos princípios do direito, cada dia, fazer prevalecer o interesse dos valores deste Tribunal, a fim de mais, à confiança e à expectativa

de aumenta, por suceder o Conselho de Senhores Alves, que hoje encerra o seu mandato para todos nós lições de prudência, solidariedade, qualidades essas inalienáveis que ocupem a Presidência desta instituição para agradecer-lhe, desde o momento que me dispensou.

Presidência deste Tribunal, buscando a eficiência e esforços, a prática da coerência e do respeito, rogando a Deus que não me falte a fim de que eu possa enfrentar, com firmeza e determinação, o desafio imenso, contribuindo com meu trabalho e elevado conceito desta Corte de

competências! Para os convidados! Os Conselheiros têm como função institucional o controle externo da administração pública, visando a garantia dos recursos públicos, em be-

no Rio Grande do Norte, este seu Tribunal, abençoado de todos, tem sob sua responsabilidade exercer o controle externo em nome dos Tribunais Públicos do Estado e dos seus

combinada com tamanha abrangência, transforma em desafiadora a missão de administrar as contas que, com uma história de honra, confia a todos nós pela valiosa contribuição da administração pública do Rio Grande do Norte.

espero que: "O futuro tem desafios, mas não é impossível; para os valentes, é

representarão, pois, para mim, desafios, mas também de várias

de dividir o peso do exercício do cargo, o digno Conselheiro Valério de Larga experiência, reconhecido.

compartilhar com os eminentes autoridades a condução administrativa do processo um modelo de cooperação que seja eficaz e os esforços de todos, em prol do futuro do TCE/RN.

valorizar a atuação do Ministério Público como fator de aperfeiçoamento da função de controle externo.

incentivar e bem aproveitar a dedicação técnica e operacional do quadro de

utilizar os recursos desta Corte de Conselheiros e a cooperação institucional com outras instituições pertencentes a outras esferas de poder.

centes a outras esferas de poder.

Oportunidade de promover o fortalecimento da Instituição, mediante a implementação do Plano Estratégico, recém-instituído para o período 2009/2013, numa perspectiva de qualidade e resultados, a serem alcançados pelo TCE/RN, no cumprimento da sua missão.

As oportunidades aqui enumeradas não só traduzem as intenções, mas os compromissos básicos da nova gestão, em favor do aprimoramento da administração pública e, por consequência, a contribuição para a correta aplicação dos recursos destinados ao interesse da coletividade norte-riograndense.

A essa altura, os presentes a esta solenidade - e até mesmo toda a comunidade potiguar - teriam o direito de indagar acerca das prioridades de ação, por meio das quais serão concretizados as intenções e os compromissos ora assumidos.

Mesmo que em termos sumários, utilizarei um pouco mais da tolerância dos senhores, para oferecer resposta à indagação.

Em homenagem ao princípio da continuidade administrativa, terão seqüência as iniciativas programáticas planejadas e implantadas por meus ilustres antecessores, particularmente, aquelas desenvolvidas com resultados positivos.

Sob essa perspectiva, várias são as iniciativas consideradas prioritárias, a começar pelo desenvolvimento dos projetos e ações 4 do PROMOEX - Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo, previstos para os dois próximos anos, contemplando com os recursos disponíveis empreendimentos nas áreas de planejamento, tecnologia da informação, capacitação profissional e, se possível, a expansão de instalações físicas.

Segundo um adágio popular, "Não há ventos favoráveis a quem não sabe para onde navega". Em face disto, determinar com clareza o que se quer alcançar, planejando as ações que conduzam ao desejado, são condições indispensáveis para o sucesso.

Volto a me referir à implementação do Plano Estratégico que se sobressai como bússola e alvo de nossa atenção especial, nesse contexto de prioridades.

Elaborado com a participação de todos que fazem parte desta Instituição, o Plano contém um referencial estratégico que compreende a missão, a visão de futuro e os objetivos institucionais, servindo como fonte de orientação para todo o planejamento da atuação do Tribunal ao longo dos próximos anos. Sua implementação abrangerá, portanto, a definição e respectiva execução de projetos e ações voltados para o aperfeiçoamento do controle externo e, conseqüentemente, da administração pública no Estado.

Por outro lado, é certo que as instituições não são obras do acaso e, sim, organismos vivos, constituídos por pessoas, com objetivos em comum, dando vida a uma idéia, a um plano ou projeto.

Significa dizer que a qualidade do desempenho de qualquer organização depende, fundamentalmente, dos seus recursos humanos e refletem a consciência, a competência e o compromisso dos que a integram.

Todavia, para garantir um investimento de qualidade em pessoas, forçosamente teremos de ir ao encontro de ações capacitadoras, inovadoras e éticas.

Terão seqüência, portanto, as ações da Escola de Con-

tas, destinadas à capacitação profissional do corpo técnico-administrativo do próprio Tribunal, juntamente com o dos órgãos abrangidos em sua jurisdição.

A Escola continuará a desenvolver a ação pedagógica, orientativa e preventiva. Não haverá interrupção nos esforços realizados em favor do aprimoramento das diferentes instâncias de controle e, ao mesmo tempo, do estímulo e subsídios à prática do controle social, a cargo da sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, os municípios serão orientados e apoiados com vistas ao aperfeiçoamento do seu sistema de controle interno ou de sua implantação, nos casos em que tal sistema não tenha ainda sido instituído.

Saliente-se que a principal causa do não funcionamento do sistema de controle interno, sobretudo nos municípios de pequeno porte, ou seja, aqueles que contam com uma população inferior a 10.000 habitantes, decorre da carência de recursos humanos, tecnicamente capacitados.

Esta é uma dificuldade que precisa ser superada, a fim de que a gestão pública de 108 municípios do Rio Grande do Norte, seja alcançada pelas vantagens da implantação e funcionamento dos respectivos órgãos de controle interno, a fim de lhes possibilitar desde a observância dos princípios e normas legais até a eliminação de desperdícios e desvios de recursos públicos.

Os compromissos aqui anunciados terão, todavia, suas metas condicionadas à disponibilidade dos meios. Não posso, nem quero, inserir neste pronunciamento público a previsão de iniciativas que não possam ser executadas, por não contarem com os recursos necessários à sua realização.

Excelentíssimas autoridades!

Minhas senhoras e meus senhores!

Após essa declaração de intenções e compromissos para com a Instituição, abro espaço, agora, para a manifestação dos meus agradecimentos.

Começo, agradecendo as palavras de saudação do Conselheiro Getúlio Alves da Nóbrega, que, com sua invejável inteligência e sensibilidade, aliada à sua nobreza de espírito, traduziu, de forma tão verdadeira, a habitual atenção e generosidade com que sou acolhida entre os meus pares, sendo assim motivo do meu mais profundo agradecimento.

Agradeço igualmente as palavras gentis da representante do Ministério Público Especial, Dra. Luciana Ribeiro Campos.

Agradeço o privilégio de, neste ato, contar com tantas ilustres autoridades e lideranças políticas, entre as quais se destaca a presença da mulher potiguar, que tem participado de nossa história política, exercendo elevadas funções em diferentes níveis do sistema federativo brasileiro, de que é exemplo o Estado do Rio Grande do Norte, atualmente governado por uma mulher de personalidade forte e espírito de liderança, a governadora Vilma Maria de Faria.

Por falar na força da mulher potiguar, não posso deixar de reverenciar a memória de uma mulher igualmente forte, Lindalva Torquato Fernandes. Como primeira mulher a exercer o cargo de Presidente deste Tribunal, ela nos deixou, além do pioneirismo, a marca da sua administração.

Meus agradecimentos e a minha homenagem aos auditores, técnicos, assessores e demais servidores, exemplos de profissionalismo e dedicação no exercício dos cargos e funções que ocupam nesta Casa. Espero contar com a indispensável colaboração de todos, no cumprimento da grandiosa missão que nos une.

Por fim, agradeço a quantos, com suas presenças, prestigiam, a um só tempo, a esta instituição e à sua nova dirigente.

Antes de me despedir, tenho um pedido a fazer. E, por ser endereçado a uma instância afetiva, não tenho dúvida de que serei atendida, pelos meus filhos, pelos meus netos e demais familiares mais próximos.

A eles peço um acréscimo em sua tolerância com os encargos impostos pelo exercício da função, os quais vão reduzir o tempo de nossa convivência familiar.

Saibam que, assim fazendo, estarão também tomando parte na luta que começa hoje, aqui e agora, inspirada na lição transmitida por nosso patrono Rui Barbosa: "Maior que a tristeza de não haver vencido é a vergonha de não ter lutado".

É a minha mensagem, meu compromisso e a minha esperança, nesta ocasião tão feliz e importante.

Muito obrigada a todos.

DISCURSO DO CONSELHEIRO GETÚLIO NÓBREGA SAUDANDO A PRESIDENTE DO TCE, CONSELHEIRA ADÉLIA SALES, EM NOME DOS SEUS PARES:

Conselheira Adélia, Vossa Excelência sabe muito bem que os Tribunais de Contas, nos últimos anos, estão enfrentando uma significativa e enriquecedora mudança de paradigma. É certo que não se pode descuidar dos aspectos formais, ou seja, da convencional auditoria de conformidade, em que se observam a legalidade e a obediência aos princípios orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais. No entanto, agora, se pretende exercer a fiscalização focada com maior intensidade, no controle e na busca da eficiência e eficácia do gasto público, através das auditorias operacionais ou de resultados. É isso, na verdade, o que mais interessa à sociedade que é, em última análise, a dona dos impostos pagos.

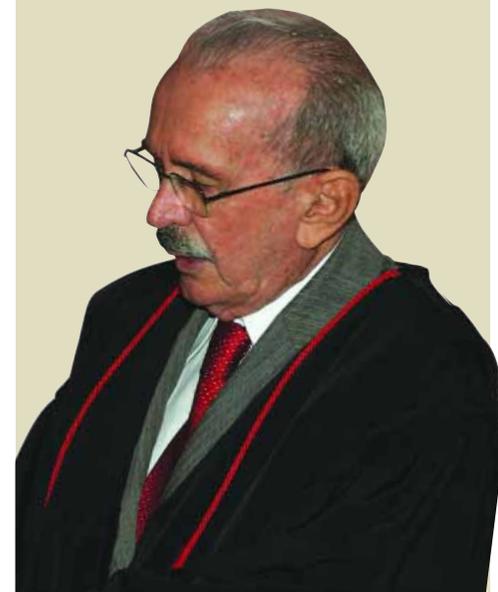
Fique certa, Senhora Presidente, que, para cumprimento de suas metas e realizações, Vossa Excelência terá, sempre, o irrestrito apoio do Instituto Ruy Barbosa que juntamente com o Ministério do Planejamento gerenciam o Promoex - Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios. Essa é a maior iniciativa de aperfeiçoamento de órgãos de fiscalização de gasto público em execução em todo o mundo, cujo orçamento atinge o montante de US\$ 121,4 Milhões, financiados 60% pelo BID e com a contrapartida de 40% oriunda dos Estados e do Governo Federal.

Mas, o que ainda considero de maior importância é o apoio que, certamente, Vossa Excelência terá de todos os Conselheiros, Auditores, Procuradores e servidores deste Tribunal de Contas que se espelham no seu criterioso senso de responsabilidade e inextinguível zelo funcional.

Todos reconhecem que nessa atenciosa, simpática e elegante figura, existem uma grande força-de-vontade e uma extraordinária disciplina.

Pela confiança e amizade que todos aqui lhe dedicamos, não tenho receio em assumir o compromisso de que ninguém nesta Casa medirá esforços para que sua administração seja coroada do sucesso que antevemos neste momento de sua posse.

Receba, pois, Excelentíssima Presidente, a nossa mais calorosa saudação e os votos de pleno êxito e saiba também que rogamos a Deus que a proteja e lhe conceda toda a felicidade e a realização pessoal que tanto merece.



Diretores do TCE para o biênio 2009/2010

A presidente do TCE, conselheira Adélia Sales, empossou (05/01), às 11 horas, na sala de reuniões da Corte de Contas, os novos diretores da instituição para o biênio 2009/2010, numa solenidade que contou com a presença de conselheiros, auditores e procuradores do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado. Os diretores empossados são:



CARLOS DE MENEZES LIRA,
secretário geral

Formado em Economia, foi secretário de Planejamento da Prefeitura de Natal (1981/82), presidente da Fundação IDEC (1983/86), Secretário de Planejamento do RN (1985), presidente da Empresa de Processamento de Dados do RN (1991/94) e diretor da Empresa de Processamento de dados (1992/94). Já exerceu o cargo de Secretário Geral do TCE, no período de 2005/2006.



JOÃO BATISTA MACHADO,

coordenador de comunicação social
Bacharel em Comunicação Social pela UFRN e jornalista profissional. Iniciou suas atividades na década de 1960. Trabalhou nos jornais Tribuna do Norte e Diário de Natal, de onde se afastou para ser secretário de imprensa do governo do Estado, cargo que exerceu nos governos de Tarcísio Maia, José Agripino, Radir Pereira e Vivaldo Costa. É autor de vários livros, entre os quais "Resgate da Memória Política".



CLÁUDIO DANTAS MARINHO,
consultor jurídico

Bacharel em Direito formado pela UFRN, já exerceu o cargo de Assessor Técnico Jurídico do TCE. Atuou em diversas comissões administrativas, inclusive a responsável pela análise das contas anuais do Governo. Exerceu suas funções perante a Primeira e segunda Câmara de Contas, Consultoria Jurídica e no gabinete do conselheiro Valério Mesquita.



MARLÚCIA DE SOUZA SALDANHA,
diretora da Escola de Contas

Graduada em Serviço Social pela UFRN; Curso de pós-graduação em Administração e Planejamento da Educação e Desenvolvimento Comunitário, na Universidade da Califórnia nos Estados Unidos; Especialista em Desenvolvimento Organizacional pela mesma Universidade, Especialista em Planejamento e Administração de Universidades pela UFRN em convênio com o MEC; pró-reitora de Planejamento e Coordenação Geral da UFRN; Secretária de Estado, consultora da ONU, além de outros cursos internacionais na Europa e Estados Unidos.



JOSÉ DIAS DE MEDEIROS NETO,
diretor da administração direta

Formado em Direito pela UFRN, já foi assessor de gabinete da Procuradoria Geral do Ministério Público; Chefe do Núcleo de Análise de Contas da Administração Indireta do Ministério Público Junto ao TCE e assessor de gabinete do conselheiro Renato Costa Dias. Foi diretor de Controle Externo da Administração Indireta.



LAÉRCIO SEGUNDO DE OLIVEIRA,
chefe de gabinete da presidência

Licenciado em Letras pela UFRN, também possui pós-graduação em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas. Além de professor da UFRN, exerceu vários cargos públicos, entre os quais os de Secretário Estadual de Educação e Cultura. Foi diretor geral da Escola de Contas "Professor Severino Lopes de Oliveira".



WILTON DE CARVALHO COSTA,
diretor da administração indireta.

Bacharel em Ciências Contábeis, pela UFRN, e Direito, pela UnP, foi servidor da extinta Cohab-RN, atualmente da Datanorte. Colocado à disposição do TCE desde o ano de 1995, já exerceu suas funções nos seguintes setores: Inspetora de Controle Externo, Diretoria da Administração Municipal, Diretoria de Atos e Execução; Membro da Comissão de Controle Interno, pregoeiro do Tribunal de Contas, entre outros.

**MARGARETH CRISTINA DUARTE,**

diretora da administração geral

Funcionária do TCE desde 1986, é formada em Administração de Empresas pela UFRN e Direito pela UnP. Esteve à disposição da Secretaria de Administração onde ocupou a Chefia de Gabinete, trabalhou ainda na Coordenação de Pessoal da Fundação José Augusto. Já atuou na Diretoria da Administração Geral do TCE, no período de 1999-2000.

**MAYRA GOMES DE MEDEIROS,**

diretora de expediente

Bacharel em Ciências Econômicas pela UFRN, em Contabilidade pela UnP, e Pós-graduada em Gestão Pública pela Funpec/UFRN, já exerceu o cargo de Auxiliar da Administração, Assessoria de Gabinete e do Grupo de Controle Financeiro na Secretaria de Educação e Cultura. Foi técnica de Nivel Superior na Secretaria de Tributação e assessora do projeto Novo Conterrâneo, no Gabinete Civil.

**JANDIRA BORGES DE OLIVEIRA,**

diretora de assuntos municipais

Diretora de Assuntos Municipais (DAM) desde abril de 2002. Contadora, especialista em Gestão Pública pela UFRN e professora da Faculdade para o Desenvolvimento do RN (FARN), já ocupou o cargo de secretária, posteriormente compôs o corpo técnico e desempenhou a subcoordenadoria desta mesma diretoria.

**JAILSON TAVARES PEREIRA,**

diretor da Inspeção de Controle Externo

Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do RN, possui especialização em Auditoria Governamental pela UFRN. Foi instrutor da Escola de Contas e participou da elaboração do Sistema Integrado de Auditoria Informatizada - SIAI.

**KÍVIA CUNHA PEREIRA PINTO,**

diretora de atos de pessoal

Graduada em Direito pela UFRN, com especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública, é servidora do TCE desde 1986, tendo ocupado o cargo de Diretora de Pessoal e Material, atualmente denominada Diretoria de Administração Geral. Exerceu ainda o cargo de Diretora de Serviços Auxiliares, que originou a Diretoria de Atos de Pessoal.

**PAULO ROBERTO OLIVEIRA DE MELO,**

diretor de informática

Formado em Ciências Contábeis pela UFRN, ingressou na Datanorte em 1993, onde participou no desenvolvimento de vários sistemas em diversos órgãos da administração pública. Em 1995 foi colocado a disposição do TCE. A partir de 1988 passou a dirigir o Centro de Processamento de Dados. Como analista de sistemas participou do desenvolvimento da maioria dos sistemas utilizados pelo TCE.

**MARCO DE ALMEIDA EMERENCIANO,**

diretor de atos e execuções

Formado em Direito pela UFRN, funcionário de carreira do TCE, admitido em 1982 como assessor técnico jurídico, tem pós-graduação em Direito de Empresa e Assessoria Fiscal pela Universidade de Navarra e mestrado e doutorado pela Universidade de Barcelona, na Espanha.

**TEREZA CRISTINA ROCHA NASCIMENTO,**

diretora da Secretaria das Sessões

Formada em Estatística pela UFRN. Experiência profissional baseada no BDRN, com especialização em Organização, Sistemas e Métodos foi lotada nos departamentos de planejamento, financeiro e informática, e atuou por 19 anos. No TCE/RN iniciou no corpo técnico da DAM, depois como secretária das sessões da Primeira Câmara e cursou Secretariado Executivo. Em 2003, foi nomeada para a secretária das sessões do Tribunal Pleno, cursou especialização em Gestão Pública, Auditoria Governamental e Desenvolvimento Gerencial também pela UFRN. Implantou em conjunto com a Diretoria de Informática o Sistema de Informação, automatizando as pautas, atas, publicações e jurisprudência do TCE/RN.



A presidente do TCE, conselheira Adélia Sales e a procuradora geral do MPJTCE, Luciana Campos

A presença da mulher no TCE

Apesar da histórica tradição masculina, o Tribunal de Contas nos seus 51 anos de criação concede espaço às mulheres. A presidente da Corte de Contas do Estado é a conselheira Adélia Sales e a procuradora geral do Ministério Público Junto ao TCE, Luciana Ribeiro Campos.

A conselheira Adélia Sales é a segunda mulher a exercer o cargo de presidente do Tribunal de Contas do Estado, 27 anos após o feito da conselheira Lindalva Torquato.

Adélia chegou ao TCE como auditora no governo Lavoisier Maia e, posteriormente conselheira, no governo Wilma de Faria. Chega agora à presidência do Tribunal por decisão unânime dos seus pares.

Lindalva Torquato Fernandes foi a primeira mulher a fazer parte da criação do Tribunal de Contas do Estado no começo da década de 60, cuja denominação era de ministro, alterado posteriormente para conselheiro, durante o regime militar. Foi uma das primeiras mulheres do Brasil a exercer a presidência de um Tribunal de Contas, nos anos 80, além de ter sido fundadora da instituição.

A procuradora Luciana Ribeiro Campos faz parte do restrito quadro de procuradoras da instituição. É a primeira mulher a exercer o cargo de procuradora geral do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Em outubro, fez parte da lista triplíce que seria enviada à governadora Wilma de Faria a quem competia fazer a nomeação e, em seguida, enviar à Assembléia Legislativa para homologação, como de fato ocorreu. Sua posse se deu perante sessão plenária do Tribunal de Contas do Estado.

As mulheres também têm uma atuação marcante da estrutura funcional do TCE. Dos 425 servidores da Corte de Contas, 219 são mulheres, contra 206 homens. Dentre elas, destacam-se as diretoras do TCE: Kívya Cunha, Mayra Gomes, Jandira Borges, Tereza Cristina, Margareth Cristina e, mais recentemente a professora Marlúcia Saldanha.

O Rio Grande do Norte é um estado pioneiro na participação da mulher na vida pública. A primeira eleitora do país, foi a professora Celina Viana em Mossoró e a primeira prefeita no Brasil na década de 30, foi Alzira Soriano, do município de Lajes.

Uma das primeiras deputadas estaduais da América Latina, foi Maria do Céu Pereira Fernandes. E esse processo evolutivo da presença feminina, culminou com a eleição da professora Wilma de Faria, primeira mulher a exercer o governo do estado.

